



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 234, DE 12 DE MARÇO DE 2024

Altera a Portaria PGJ nº 580, de 21 de junho de 2023, que designa Promotorias de Justiça de Apoio Operacional para oficiarem em crimes contra a criança e o adolescente, incluindo as investigações e as ações penais em curso.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso das atribuições conferidas pela Lei Complementar nº 75/93;

CONSIDERANDO o disposto no inciso V do art. 29-A da Resolução nº 90, de 14 de setembro de 2009, do Conselho Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios;

CONSIDERANDO o que consta no Processo SEI nº 19.04.3146.0025325/2024-77,

RESOLVE:

Art. 1º Alterar a ementa e os artigos 1º e 2º da Portaria PGJ nº 580, de 21 de junho de 2023, que passam a vigorar com as seguintes redações:

“EMENTA: Designa a 67ª, a 68ª, a 69ª, a 70ª, a 71ª, a 74ª, 75ª e a 78ª Promotorias de Justiça de Apoio Operacional para oficiarem nos feitos criminais decorrentes da aplicação da Lei nº 14.344, de 24 de maio de 2022, intitulada como Henry Borel.

CONSIDERANDO que a atribuição para oficial nos Juizados de Violência Doméstica e Familiar Contra Mulher foi definida na Resolução nº 90, de 14 de setembro de 2009, como sendo das Promotorias de Justiça de Defesa da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar;

CONSIDERANDO o disposto no art. 24 da Lei nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993, que autoriza o Procurador-Geral de Justiça a designar membros auxiliares para oficiarem em feitos, desde que haja a concordância do Promotor Natural;

CONSIDERANDO a Recomendação Conjunta GC/CCR nº 001/2003, em que a Corregedoria-Geral e as Câmaras de Coordenação e Revisão orientam os membros a “antes de realizarem a consulta eletrônica de feito externo no sistema NeoGab, verifiquem se efetivamente possuem atribuição para atuar no feito e, caso negativo, promovam o declínio de atribuição antes do início da contagem do prazo para manifestação do Órgão de execução declinado”;

Art. 1º Designar a 67ª, a 68ª, a 69ª, a 70ª, a 71ª, a 74ª, 75ª e a 78ª Promotorias de Justiça de Apoio Operacional para oficiarem, em auxílio às Promotorias de Justiça de Defesa da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar, em crimes contra a criança e o adolescente em tramitação nos Juizados de Violência Doméstica e Familiar Contra Mulher, incluindo as investigações e as ações penais em curso.

(...)

§ 2º Os crimes praticados contra crianças e adolescentes conexos com os praticados contra a mulher em situação de violência doméstica e familiar não poderão ser remetidos para os ofícios mencionados no caput.

§ 3º Os feitos de atribuição dos ofícios mencionados no caput poderão ser remetidos apenas pelas Promotorias de Justiça de Defesa da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar, por meio da ferramenta de declínio de atribuição no NEOGAB, desde que não haja consulta eletrônica realizada com manifestação pendente, ainda que efetivada por outro membro.

§ 4º Nas hipóteses em que o feito urgente for remetido ao Ministério Público sem prazo para consulta eletrônica, a remessa será possível apenas se efetivada até o final do primeiro dia útil seguinte ao seu recebimento.

§ 5º A remessa em desacordo com esta Portaria poderá ser restituída sem a necessidade de suscitar conflito negativo de atribuição.

§ 6º Na hipótese de discordância quanto à restituição mencionada no § 5º, o membro que receber o feito restituído poderá recorrer à Chefia de Gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça, cabendo-lhe adotar providências urgentes até a deliberação, mediante eventual compensação.

Art. 2º (...)

(...)

I - membros designados para oficial na 67ª, na 68ª, na 69ª, na 70ª, na 71ª, na 74ª, na 75ª ou na 78ª Promotorias de Justiça de Apoio Operacional; e” (NR)

Art. 2º A designação da 67ª e da 78ª Promotorias de Justiça de Apoio Operacional do Distrito Federal prevista no art. 1º terá início em 1º de abril de 2024.

Art. 3º Revogar a Portaria PGJ nº 780, de 9 de agosto de 2023, que designou a 74ª e a 75ª Promotorias de Justiça de Apoio Operacional do Distrito Federal para oficiarem em crimes contra a criança e o adolescente, incluindo as investigações e as ações penais em curso.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.

GEORGES CARLOS FREDDERICO MOREIRA SEIGNEUR



Documento assinado eletronicamente por **GEORGES CARLOS FREDDERICO MOREIRA SEIGNEUR**, Procurador-Geral de Justiça, em 12/03/2024, às 15:59, conforme § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mpdft.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0961021** e o código CRC **037E550B**.

19.04.3146.0025325/2024-77